

TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: trabalho, família e gênero na produção sucroenergética. O caso da macroárea de Ribeirão Preto/SP¹

Rosa Ester Rossini²

Resumo

Observando e refletindo sobre a modernização no campo brasileiro na Macro-área de Ribeirão Preto (SP), desde 1977 pesquisa-se a relação entre Geografia e Gênero. O objetivo tem sido a colaboração na discussão e aprofundamento do debate sobre a realidade de homens e mulheres trabalhadores na lavoura canavieira paulista e suas famílias. Analisam-se também aquelas que migram para a procura de trabalho, nem sempre encontrado. O enfoque nas relações de trabalho permite apreender as discriminações e desigualdades contidas no espaço geográfico, tomado aqui como ponto de partida para a análise, pois é o lugar onde se encontra passado e futuro, mediante relações sociais do presente que aí se concretizam. O estudo congregou até o presente cinco etapas de pesquisas de campo sendo elas: 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/06 e 2010/13. Em tais fases, dentre as tarefas centrais estavam as entrevistas com pessoas de ambos os sexos pertencentes a famílias nas quais existia pelo menos uma mulher que empregava sua força de trabalho nas atividades ligadas à agricultura canavieira.

Palavras-Chave: trabalho; gênero, modernidade técnico-científica-informacional Macro-área de Ribeirão Preto (SP).

Introdução

Este artigo trata da realidade contemporânea do campo brasileiro a partir do olhar específico sobre a agricultura canavieira na macro área de Ribeirão Preto, SP. Nesta cultura altamente tecnicizada os interesses estão voltados ao aproveitamento econômico da cana para o desenvolvimento de subprodutos como etanol, álcool, energia, açúcar, etc. As dinâmicas deste setor constatadas principalmente a partir do fim dos anos 1970 revelam o que se pode considerar uma nova fase marcada pela criação de “espaços nacionais da economia internacional” (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Analisa-se, em especial, a força de trabalho das pessoas na atividade da cana, observando também aquelas que migram para as áreas produtoras da região de Ribeirão Preto a procura de trabalho, nem sempre encontrado. A pesquisa vem sendo desenvolvida baseada no pressuposto teórico de que objetos e ações formam um todo complementar, contraditório e

¹ A redação final contou com a participação/colaboração inestimável tanto de Aline Lima Santos como, na revisão do texto, de José Fonseca Filho. No decurso destes 40 anos dezenas de estudantes/orientandos colaboraram nas pesquisas de campo.

² Universidade de São Paulo – rrossini@usp.br

indissociável: o espaço geográfico (SANTOS, 1996). Metodologicamente, no que diz respeito aos procedimentos e instrumentos adotados, prioriza-se as pesquisas de campo, a realização de entrevistas e questionários e a associação das abordagens quantitativa e qualitativa, já que ambas não são excludentes e se complementam, contribuindo para compreensão da realidade.

O estudo, iniciado em 1977, congregou até o presente cinco etapas de pesquisas de campo, sendo elas: 1977, 1985/86, 1995/96, 2003/06 e 2010/13. Em tais fases, dentre as tarefas centrais estavam as entrevistas com pessoas de ambos os sexos pertencentes a famílias nas quais existia pelo menos uma mulher que empregava sua força de trabalho nas atividades ligadas à agricultura canavieira. Uma vez encontrados participantes iniciais condizentes com este perfil, pedia-se indicação de pessoas para serem novos participantes, os quais deviam adequar-se aos critérios já mencionados. Esta técnica, Bola de Neve, foi se repetindo até que se notasse pontos de saturação das informações obtidas.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, o qual sofreu alterações ao longo destes 40 anos de pesquisa, para ser capaz de abarcar as novas realidades e questionamentos que foram surgindo. Manteve-se, porém, questões chave, cujas respostas uma vez examinadas permitem observar as condições de vida das famílias e seus principais desafios. Seguindo estes critérios, foram abarcadas um total de 228 famílias. A média é de 46 famílias pesquisadas em cada etapa, sendo respectivamente, 43, 38, 42, 57 e 48 famílias. Esse número não possui representatividade quantitativa, mas oferece rico material para ser analisado qualitativamente.

O setor sucroalcooleiro paulista: cenário de esperança e desesperança

O estado de São Paulo, na safra de 2015/2016, foi responsável por 55,2% da moagem de cana de açúcar produzida no Brasil, 64% da produção de açúcar e 48,2% do etanol (anidro e hidratado), mantendo-se, deste modo, na liderança da produção nacional (UNICADATA, 2017). Entretanto, nas duas últimas décadas houve avanço do desenvolvimento técnico-científico, expansão dos cultivos e industrialização em todas as direções. Este processo é notável em áreas da região Centro Sul em especial no oeste paulista, Mato Grosso do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Tocantins; manifesta-se também com a adição de novas plantas industriais altamente tecnificadas a paisagem e culmina em ganhos de produtividade e lucros ao setor sucroalcooleiro (SAMPAIO, 2010, 2015; BINI, 2008, 2014).

Mais de 22% dos empregos formais gerados pela agropecuária paulista em 2013 corresponderam ao trabalho na produção de cana de açúcar. Trata-se, portanto, da principal cultura geradora de empregos no campo deste estado. Apesar deste fato, o número de admissões com carteira assinada tem apresentado queda substancial, recuando mais de 11% em 2013, com relação ao ano anterior. Caso se considere o quinquênio de 2007-2011, houve redução de cerca de 100 mil cortadores de cana empregados formais, lembrando-se que a etapa do corte é a que mais demanda força de trabalho. Paralelamente, no mesmo período, a área de cana colhida mecanicamente foi incrementada, passando dos 42% para os 70%. Evidencia-se, deste modo, a criação de desemprego estrutural no setor (FREITAS, OTANI & FREDO, 2014).

A precarização do trabalho acompanha a formação do desemprego estrutural. Homens e mulheres são chamados para o trabalho do corte em que a produtividade média é de 12 toneladas de cana cortada por dia. Não são raros os casos de a produtividade/dia ser 30 a 40 toneladas. O uso de isotônico é prática comum oferecida pelos empreiteiros às pessoas trabalhadoras para evitar câimbras.

A necessidade de realização de queimadas para facilitar a colheita gera intensa poluição atmosférica que leva a problemas de saúde para a população que habita as proximidades das áreas de cultivo de cana e também para os trabalhadores no eito. Cotidianamente, nos meses de colheita (início abril/maio) até o término da safra (outubro/novembro), os postos de saúde ficam sobrecarregados de pacientes com problemas respiratórios. No quintal das casas as pessoas reclamam das dificuldades para a lavagem da roupa que, enquanto secam, ficam cobertas de fuligem negra da cana queimada.

Esta realidade tem promovido a promulgação de leis, no decorrer da década de 2000, que visam a regular as emissões de gases poluentes. A meta é a extinção completa das queimadas. Contudo, os elevados custos da mecanização, a declividade de algumas áreas e o baixo preço da força de trabalho são obstáculos a serem enfrentados para efetivação destes planos. Simultânea e contraditoriamente, são justamente estes entraves que permitem com que parcela da população pobre consiga seu sustento e sobrevivência trabalhando no setor.

Abrindo um parêntese para a discussão da questão de gênero no Brasil e o engajamento da mulher na força de trabalho

O conceito de gênero surgiu em fins da “década de 60 quando os movimentos feministas, além das preocupações sociais e políticas, voltaram-se para as construções propriamente teóricas”... e “como uma ferramenta analítica que é ao mesmo tempo política” (Abreu e Andrade, 2010, PP 4 e 5). Acrescente-se ainda que o aprofundamento dos estudos sobre a mulher possibilitou “a descoberta do político no âmbito do cotidiano” (idem p. 6).

Segundo Scott, “a palavra gênero foi usada primeiramente pelas feministas norte-americanas para distinguir o caráter social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinado biológico no uso, por exemplo, de diferença sexual. É preciso atentar para o aspecto relacional das relações de gênero que estabelece intersecções com as categorias de raça/etnia e classe social numa perspectiva maior e social da questão” (1995, p. 86).

No livro “O Gênero nas Ciências Sociais. Releituras Críticas de Max Weber a Bruno Latour” organizado por Chabaut – Rychter, D.; Descoutures, V.; Devreux, A.; Varikas, E. (2014), o capítulo elaborado por Holmstron, N., p. 343-461 intitulado: “Como Marx pode contribuir para a compreensão do gênero?” faz excelente discussão do olhar de Marx, naquela época, para a questão de gênero destacando pontos relevantes de sua análise assim como expondo a ausência do reconhecimento do trabalho realizado pela mulher no lar.

Holmstron demonstra que a metodologia desenvolvida por Marx é caracterizada como social e relacional. Acrescente-se ainda que os “seres humanos são intrinsicamente interdependentes – ironicamente eles nunca o foram tanto quanto no capitalismo – e a produção e a reprodução humanas são sempre, ao mesmo tempo, biológicas e sociais”. (Marx; Engels: 1976 apud. Holmstron, 2014, p. 345). E que “as hierarquias, pretensamente naturais, não o são, mas que elas são social e politicamente construídas e conservadas pelo poder” (idem p. 346).

Outro aspecto destacado na análise do capítulo refere-se ao fato de que Marx teve a “tendência de falar das mulheres genericamente, sejam generalizações de ordem biológica, cultural-essencialista, ou de simplesmente negligenciá-las”. Vale destacar que as relações de gênero variam segundo a classe, raça/etnia e alcançam, portanto, todas as dimensões da vida das mulheres, “do trabalho à família, da saúde à vulnerabilidade e à violência (idem p. 346),

para quem não tinha, como central, a questão de gênero é pretensão a exigência, pois restará sempre um aspecto que não foi discutido.

Destaque-se, entretanto, que Marx discute, no capitalismo, o trabalho assalariado e não faz referência ao trabalho realizado pelas mulheres em casa. Desta maneira, leia-se que este trabalho é considerado improdutivo, pois é o produtivo o trabalho assalariado que produz o capital.

Ressalte-se que hoje, esse trabalho “improdutivo”, é apoiado até mesmo para as trabalhadoras do corte da cana, a partir de políticas públicas, por eletrodomésticos e contraceptivos diminuindo um pouco o tempo de trabalho no lar para atender às necessidades da família considerando que, em boa parte, o trabalho remunerado é realizado fora do lar. Acrescente-se ainda que o tamanho da família vem diminuindo no tempo.

As políticas públicas têm a aparente pretensão de viabilizar a igualdade de direitos, mas não levam em consideração a divisão sexual do trabalho precário, a falta de proteção social e de direitos trabalhistas de homens e de mulheres de forma igualitária (Bandeira, 2012).

Verdade seja dita, é melhor o pouco que as políticas públicas propiciam do que o quase nada que existia antes de 1980, por exemplo: 1932 – Direito de voto à mulher; 1975 – Ano Internacional da Mulher e Declaração da Década da Mulher. Vale destacar, dentre outros, a Criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo e Minas Gerais – 1983 -; Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada à presidência da República; Lei Maria da Penha, 2006; PEC das Domésticas, 2012; Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos em 2015 e extinto em 2016 (Blay e Avelar, 2016).

Atualmente, no Brasil, as propostas e projetos de reforma da Previdência estão reforçando a implementação do trabalho informal e da reprodução das desigualdades sociais assim como dificultando o acesso aos direitos conquistados. Não podemos nos esquecer que as “mulheres defendem uma igualdade inédita entre os sexos, o primado da diferença sem hierarquia e ambiguidade” (Oliveira, R. 1991, p.17).

Finalizando o parêntese vale dizer que os efeitos das questões específicas de gênero são percebidos nas temáticas trabalho e capital onde as mulheres ocupam, sempre, posição com evidente discriminação (Sallioti, 2016). Assim sendo, por exemplo, enquanto no Estado de São Paulo, segundo informação do Instituto de Economia Agrícola, em 2017, 90% da colheita de cana é realizada de forma mecânica. Não tem sido aplicado o princípio da

igualdade de oportunidade estabelecido pela UNESCO – em 1999 na Conferência Mundial e, só recentemente, que estão abrindo a possibilidade de mulheres frequentarem os cursos públicos de mecanização da colheita da cana com máquinas sofisticadas. Nas pesquisas de campo foram encontradas duas mulheres operando máquinas sofisticadas de corte de cana. (Bini, 2015).

Panorama das dinâmicas populacionais no Brasil e no estado de São Paulo

O desenvolvimento técnico científico e informacional no Estado de São Paulo, desde a década de 60, acelerou o processo de urbanização de modo que a população rural em 2016 era de apenas 2,03% (SEADE, 2017). A região administrativa de Ribeirão Preto não foge à regra. Segundo dados referentes à 2016, os residentes urbanos eram 97,96% e os rurais eram 2,03% do total (SEADE, 2017).

Para 2016, segundo a projeção da população brasileira, a distribuição percentual no Brasil é de 49,36% de homens e 50,64% de mulheres, mantendo a tendência de predomínio de mulheres em São Paulo (IBGE, 2017). Neste estado, em 2016, 48,66% da população residente era do sexo masculino (SEADE, 2017).

Dentre as variáveis demográficas é a fecundidade que mais sensivelmente faz sentir seus efeitos sobre a população e é a variação de seu nível que define fundamentalmente a distribuição etária da população e da força de trabalho. As taxas de fecundidade medem com maior precisão que as de natalidade os diferenciais no comportamento reprodutivo.

Sem nenhuma exceção, todas as regiões brasileiras, tanto na área rural como na área urbana, sofreram a partir dos anos 60 diminuição na taxa de fecundidade. O início da queda coincide com o período de introdução e disseminação da pílula anticoncepcional. Em 1960, o país detinha fecundidade total de 5,76 filhos por mulher; em 1980, diminuiu para 4,33 filhos por mulher; em 2000, passou para 2,3 filhos por mulher; em 2016, a taxa de fecundidade total registrada foi de 1,69 filhos por mulher, valor inferior à taxa de reposição da população (IBGE, 2017).

A Taxa de Fecundidade Total (TFT) no Estado de São Paulo encontra-se abaixo do valor de reposição desde 2002, quando atingiu 1,88 filhos por mulher (YAZAKI, 2003). Conforme projeções da população, em 2016, a TFT paulista foi de 1,58 filhos por mulher (IBGE, 2017). Dificilmente esta estatística vital retomará uma expressiva tendência de

aumento, salvo se ocorrer forte migração de populações com outros padrões de comportamento reprodutivo.

Com relação à mortalidade, deve-se levar em conta dois aspectos: (1) as características individuais que dependem de fatores biológicos, (2) atributos do contexto social em que cada indivíduo realiza sua trajetória de vida. Os perigos de morte a que uma pessoa está exposta dependem, em primeira instância, de sua bagagem biológica ao nascer e das condições ligadas ao parto. A partir do nascimento, momento em que se superam alguns destes riscos, passa-se a estar sujeito a outros, muitos dos quais diretamente vinculados ao segmento da sociedade a que se integra, em função da posição na estrutura de classes sociais na qual está inserida a família.

Estes aspectos impõem a necessidade de observar separadamente a morte de crianças com menos de um ano de vida, isto é, a mortalidade infantil e a mortalidade para o conjunto da população, examinando conjuntamente o comportamento da estrutura socioeconômica do Brasil. De maneira geral, apesar das variações geográficas, tanto no Brasil como no estado de São Paulo houve quedas relevantes das taxas de mortalidade para todas as idades nas últimas décadas.

Dados referentes ao ano de 2014 demonstram que a mortalidade geral no Brasil foi de 1.227.039 óbitos. Já para o estado de São Paulo, foram 282.786 mortes registradas (DATASUS, 2015). A taxa bruta de mortalidade no Brasil em 2015 foi estimada em 6,08‰ habitantes; o mesmo indicador, para São Paulo, é de 5,70‰ habitantes (IBGE, 2017). A maior parte (66% em 2012) dos óbitos ocorridos em São Paulo corresponde a pessoas idosas, fato sintomático do envelhecimento populacional (SEADE, 2014).

No que diz respeito a taxa de mortalidade infantil no Brasil, segundo o IBGE (2017), em 2016 foi de 13,29‰ nascidos vivos. Em 2015, a taxa de mortalidade infantil reafirmou o decréscimo sustentado em São Paulo desde os anos 1970, sendo de 10,66‰ nascidos vivos (SEADE, 2017). Em 2016, estima-se que a taxa de mortalidade infantil paulista seja de 9,85‰ nascidos vivos (IBGE, 2017).

Na série histórica da mortalidade infantil no estado de São Paulo o elevado nível do índice nos anos 1930 (155,14‰), culminando em 1940 no patamar de 178,31 ‰. Tais dados são a constatação da crise pela qual passou o Estado neste período, fato que se expressou de forma clara através do sacrifício de milhares de crianças, basicamente pobres. A relação

inversa entre salário mínimo real e mortalidade infantil foi confirmada em pesquisa que analisou os dados para o município de São Paulo (MONTEIRO, 1982).

No estado de São Paulo a diminuição da mortalidade geral e infantil e o envelhecimento populacional se relacionam com queda da pobreza. É um dos estados brasileiros que apresentam menor risco de morte infantil no Brasil. Contudo, o aumento da pobreza verificado nos anos mais recentes e a baixa qualidade de vida, principalmente das pessoas mais carentes, levam a considerar que o modelo de desenvolvimento adotado mantém parte da população à margem, tornando a saúde, direito inalienável do cidadão, privilégio de poucos.

Baixos níveis de mortalidade, especialmente a mortalidade infantil, decorrem da atenção à nutrição, saneamento básico, assistência médico-hospitalar etc. Daí muitos estudiosos considerarem a alta “sensibilidade social” deste índice, conforme recorda Monteiro (1982). Apesar dos avanços obtidos via Sistema Único de Saúde, estamos longe de conseguir conciliar universalização de acesso e elevada qualidade de serviços ao cidadão nos hospitais públicos tanto municipais como estaduais.

Acrescente-se aos dados sobre mortalidade os ganhos na esperança de vida dos brasileiros. De 1940 a 2010 o acréscimo foi de 28,1 anos. Para um indivíduo nascido em 1940 estimava-se que viveria cerca de 45 anos, já para uma pessoa nascida em 2010 a expectativa era de 73,48 anos, sendo 69,73 para homens e 77,32 para mulheres. Em 2016, a esperança de vida no Brasil chegou a 75,72 anos, sendo 72,18 anos para homens e 79,31 anos para mulheres (IBGE, 2017). A esperança de vida para os paulistas, por sua vez, chegou aos 78,08 anos em 2016, sendo 74,94 anos para homens e 81,11 anos para mulheres. Se compararmos com os anos 1980, o incremento de anos de vida para ambos os sexos foi de mais de dez anos (IBGE, 2017).

A evolução dos indicadores supra mencionados tem complexas vinculações com a melhoria da renda de trabalho, com a expansão da rede de abastecimento de água e esgoto (inclusive em áreas de favelas), com a crescente cobertura de vacinação nos indivíduos de faixa etária inferior a um ano, aos programas de saúde da mulher e ao atendimento pré-natal. As políticas públicas de apoio material à gestante de baixa renda também são contributos à continuidade da tendência de queda da mortalidade infantil.

Colabora igualmente para diminuição do número de mortes de crianças com menos de 1 ano o aumento da escolaridade das mulheres, o que, da mesma forma, culminou no

decréscimo dos índices de natalidade. No que diz respeito a esperança de vida, acrescenta-se ainda as políticas públicas e benefícios sociais voltados especificamente à população idosa. Tudo isso tomado em conjunto manifesta a melhoria das condições de vida da população, embora haja muito a se fazer, em especial pelas parcelas mais pobres.

No tocante a organização das famílias tem havido crescimento dos lares chefiados por mulheres tanto no conjunto do país como no estado de São Paulo. Observa-se que em 2000, as famílias brasileiras chefiadas por mulheres representavam 22,20% do total; em São Paulo, correspondiam a 20,80%. Já em 2010, no Brasil, estes lares correspondiam a 37,30% do total, enquanto para São Paulo eram 36,8% do total (IBGE, 2010). Esta tendência se deu tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, contudo diferenciadamente. No Brasil rural, a representação dos lares chefiados por mulheres passou, de 2000 para 2010, de 10,90% para 24,8%, no Brasil urbano, considerando o mesmo período, passou de 24,50% para 39,3%. No caso paulista, esta proporção aumentou dos 11,3% em 2000 para 21,6% em 2010, nas áreas rurais; e 21,40% em 2000 para 37,40% em 2010 nas áreas urbanas (IBGE, 2010).

A vida das famílias trabalhadoras na lavoura canavieira da Região de Ribeirão Preto (SP)

Conforme já argumentado, a fecundidade, enquanto capacidade reprodutiva e comportamento reprodutivo das mulheres e casais, deve ser analisada do ponto de vista da classe social. Ressalte-se, uma vez mais, que a pesquisa de campo se voltou à família trabalhadora de baixa renda e com participação significativa de sua força de trabalho voltada à atividade canavieira na macroárea de Ribeirão Preto (SP).

A pesquisa faz referência apenas ao número de filhos na família, deixando de investigar o número de filhos tidos e mortos ou o número de abortos. Quanto ao número de filhos constatou-se que a queda foi de mais de 50% da primeira para a segunda fase da pesquisa. Em 1977, a média foi de 5,5 filhos por família pesquisada, simultaneamente houve maior representatividade das famílias com mais de 7 filhos. Em 1985/86 caiu para 2,6 a média de filhos por família, com concentração daquelas que tinham 2 filhos. A mesma característica repete-se na fase posterior, de 1995/96. Já em 2003/06 houve leve predomínio de famílias com 2 e 3 filhos e percentual relativamente elevado (7,2%) de famílias sem filhos. Em 2010/2013, prevaleceram as famílias com até 2 filhos e de 3 a 4 filhos somaram um total de

75% nestas duas faixas. As famílias que não tinham filhos representaram 15,8% dos inquiridos nesse mesmo período.

Convém ressaltar que os dados são limitados quantitativamente, contudo, manifestam em escala de análise mais detalhada a tendência mais abrangente de redução de números de filhos por família já discutidas tanto para o estado, como para o país. Em termos qualitativos as experiências de pesquisa de campo têm demonstrado que a participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como a dupla jornada de trabalho a qual estão sujeitas, a moradia predominantemente urbana, a falta de creches e/ou asilos que funcionem em horários compatíveis com as horas de trabalho dos responsáveis pelas crianças e idosos, a disseminação do uso de anticoncepcionais, dentre outros fatores, levam a diminuição do desejo e das condições de constituir famílias numerosas. Soma-se ainda que, nas cidades, as crianças ao invés de se constituírem em “braços” para lavoura, significam aumento das despesas.

**Tabela 1. MACRO-ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO (SP)
 NÚMERO DE FAMÍLIAS E NÚMERO DE FILHOS POR FAMÍLIA
 1977-2010/13**

Período	Número de filhos por família											
	até 2		de 3 a 4		de 5 a 6		7 ou mais		zero		Total	
	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%	número	%
1977	4	9,3	12	27,9	11	25,6	16	37,2	0	0,0	43	100
1985/86	18	47,4	13	34,2	4	10,5	1	2,6	2	2,0	38	100
1995/96	23	54,7	14	33,3	1	2,4	1	2,4	3	5,0	42	100
2003/06	21	36,8	22	38,6	4	7,0	1	1,7	9	7,2	57	100
2010/13	18	37,5	18	37,5	5	10,4	1	2,1	6	15,8	48	100
Total	84	36,8	79	34,6	25	11%	20	8,7	20	8,7	228	100

Fonte: Pesquisas de Campo, 1977-2010/13.

Esta mudança socioeconômica, cultural e geográfica se refletiu na pesquisa com a surpreendente diminuição do número de pessoas por família: 7,7 em 1977; 4,3 em 1985/86 e 1995/96; 3,7 no período 2003/06. Na última etapa, em 2010/2013, a presença de 2 famílias (ambas com 9 pessoas) formadas por muitos agregados (noras, sobrinhos, netos, etc) certamente colaborou para o resultado de uma média de 4,56 pessoas por família, o que não evidencia a tendência histórica.

**Tabela 2. MACRO-ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO (SP)
 NÚMERO DE PESSOAS POR FAMÍLIAS PESQUISADAS
 1977-2010/13**

Período	Número de pessoas por família										
	até 3	%	4 a 6	%	7 a 9	%	10 a 12	%	total de pessoas	total de famílias	
1977	1	2,3	12	28,0	21	48,8	9	20,9	323	43	100
1985/86	13	34,2	20	52,1	5	13,2	---	---	162	38	100
1995/96	16	38,1	22	52,3	1	2,4	3	7,1	217	42	100
2003/06	15	26,3	37	65,0	5	8,8	---	---	215	57	100
2010/13	15	31,2	26	54,2	7	14,6	---	---	219	48	100
Total	60	26,3	117	51,3	39	17,1	12	5,2	1136	228	100

Fonte: Pesquisas de Campo, 1977-2010/13

As condições de vida das famílias abrangidas por este estudo não dizem respeito somente ao seus tamanhos, tampouco exclusivamente aos salários que seus membros recebem. Existe todo um conjunto de atividades que interferem na qualidade de vida, na manutenção e reprodução da força de trabalho. Não há dúvida, como já frisamos, de que o salário ou outras fontes de renda pesam substancialmente, mas há outros recursos não monetários que, combinados com as rendas, contribuem para a determinação da qualidade de vida da família: serviços públicos e sociais; produção doméstica de bens e serviços; e uso das relações sociais informais com parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de ajuda mútua. Na década de 2000, programas de transferência de renda possibilitaram novas oportunidades às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Vinculado à produção de valores de uso, ressalta-se também que o trabalho cotidiano da casa envolve uma série de tarefas realizadas diariamente, como preparo do alimento, limpeza da casa, cuidado com as crianças e velhos, etc, e outras, no decurso da semana ou do mês, como lavagem da roupa e seu reparo, cuidado com a casa e seu entorno, pagamento de contas, etc. Mesmo o repouso diário é necessário à recuperação das forças para o trabalho reprodutivo e a nova geração de trabalhadores para a sociedade.

Ainda sobre a organização e a qualidade de vida da família, tem havido tendência, cada vez maior, de mulheres assumirem a chefia da casa. Em 1977, 11,6% das famílias tinham a mulher como responsável pela unidade familiar, a chamada autoridade parental. A

situação em 1985/86 altera-se substancialmente com o aumento da responsabilidade da mulher na chefia da família, 23,7%. Em 2010/2013, os resultados são de que apenas 9% das famílias são chefiadas por mulheres o que corresponde a 18,75%. Novamente, vale ressaltar, correspondem ao momento desta pesquisa. A menor quantidade de famílias chefiadas por mulher na última etapa se deve, provavelmente, a uma concentração de entrevistas com famílias migrantes. Isto porque, em geral, quando a família completa migra, o faz chefiada pela pessoa responsável – homem ou mulher, ou ainda porque, quando apenas parte da família migra, geralmente a mulher e as crianças ficaram no lugar de origem, fato que as impede de ser abrangida pela pesquisa (Santos, 2016).

Na virada para o século XXI assiste-se à intensificação e consolidação das tendências migratórias que já vinham sendo observadas em décadas anteriores. Simultaneamente à dinâmica socioeconômica foi alimentada também pela intensificação das características da reestruturação produtiva, com intensa presença de capital internacional nas novas plantas das usinas sucroalcooleiras e os processos de fusões e aquisições (Sampaio, 2015).

Além das diferentes modalidades e dos novos rumos, escalas e arranjos familiares das migrações é necessário perceber que com as mudanças estabelecidas pela reestruturação produtiva ocorreram alterações na necessidade por força de trabalho. Atualmente, as pessoas precisam dispor de novo preparo técnico, que mesmo com o acesso e a frequência à escola pública não conseguem conquistar. Deste modo, são poucas as pessoas que conseguem se tornar trabalhadores/as operadores/as de máquinas sofisticadas, cada vez mais comuns no campo brasileiro, particularmente, nas áreas de produção de cana-de-açúcar.

Apesar das dificuldades tem havido crescente escolarização de pessoas trabalhadoras da agricultura. Como são raros os cursos profissionalizantes ligados a essa atividade no período noturno, o caminho àqueles que concluem o primeiro e/ou o segundo grau é a saída da atividade canavieira. Como em geral as cidades pequenas não oferecem oportunidades para o engajamento dessa força de trabalho, as pessoas acabam, como alternativa, migrando para as cidades maiores ou indo para a capital.

Novas trajetórias migratórias também resultam da expansão da cana para novos espaços no Mato Grosso do Sul, em Goiás, etc. Ao mesmo tempo assiste-se a expansão da fronteira agrícola marcada pela soja, formando o que se convencionou chamar de MAPITOBA, em referência as áreas de expansão da fronteira agrícola dos estados do

Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Tudo isso tem concorrido para a consolidação da migração e para a alteração do padrão de emprego/ocupação.

Se a migração é um caminho para os que concluem o ensino médio, também é comum que após a conclusão da educação básica as pessoas “joguem o diploma fora” e continuem sendo homens e mulheres trabalhadores volantes. Os dados de 2003/2006 comprovaram o aumento da escolaridade entre os trabalhadores inquiridos. Tal realidade na região de Ribeirão Preto vai ao encontro do incremento da escolaridade no estado de São Paulo, cujo número de pessoas com algum curso completo, tanto na população urbana como na rural, vinha apresentando crescimento desde a década de 1970. Entretanto, os dados de 2003/2006 também demonstraram elevado percentual de analfabetos, na ordem dos 16,2%. Isso, sem considerar o analfabetismo funcional, já que apenas a frequência à escola não garante a contrapartida do conhecimento equivalente ao grau de escolarização.

A expansão da fronteira agrícola ligada à soja no Maranhão e no Piauí empurra as pessoas moradoras destes estados a migrarem. Na pesquisa constatou-se, pela primeira vez em 2006, migrantes destes estados. Essa migração justifica em parte o elevado percentual de analfabetos e com baixa escolaridade, pois Maranhão e Piauí estão entre as Unidades da Federação que apresentam maiores taxas de analfabetismo, considerando as pessoas de 15 anos e mais, 16,4% e 13,7%, respectivamente. No levantamento 2010/2013 das 26 mulheres entrevistadas apenas uma (3,85%) era analfabeta e 2 (7,7%) tinham concluído o ensino médio.

As idas e vindas para o trabalho na lavoura canavieira paulista tem produzido dinâmicas de circulação de ônibus entre municípios de origem, principalmente em estados do nordeste, e de destino, na região de Ribeirão Preto. Soma-se ainda as redes de recrutamento de trabalhadores que são formadas no processo, as quais incluem empreiteiros, trabalhadores e sindicatos, tanto na origem como no destino. Tais redes de recrutamento expressam o papel de destaque cada vez maior que a terceirização vem assumindo; a relação de trabalho está deixando de ser apenas patrão/empregado. À pessoa trabalhadora registrada eram assegurados direitos trabalhistas como férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, 120 dias de licença-gestante, etc. O que desde a década de 90 vem sendo dificultado em nome da luta pela garantia do emprego e ocupação. Hoje a grande luta é pelo trabalho (CACCIAMALI, 2001; ABREU e SORJ, 1994; SILVA, 1999) (Rossini, 2016).

Quando são recrutados homens e mulheres para o trabalho por produtividade, não há discriminação em relação à remuneração, pois o rendimento diário depende da capacidade e

habilidade de cada um. Em média, cortam-se de 10 a 12 toneladas de cana por dia. Algumas mulheres cortam menos, outras mais. É muito comum homens e mulheres serem roubados na avaliação da quantidade de cana cortada por parte do fiscal, denominado “líder de equipe agrícola”, responsável em passar o controle da quantidade de cana cortada ao final de cada dia de trabalho. Isso nem sempre acontece. Habitualmente recebem, no final da semana ou da quinzena, o salário sem terem recebido a “papeleta” do *quantum* cortado.

É muito difícil levantar informações quanto aos rendimentos das pessoas oriundos do trabalho: ou não informam, ou aumentam, ou diminuem o valor e, raramente, fornecem o solicitado corretamente. É uma inibição natural do ser humano e muito maior ainda daquele que sente que suas condições são efetivamente precárias. Assim mesmo, constatou-se que, apesar de não haver no discurso discriminação entre o trabalho das mulheres e dos homens, essas em geral recebem menos, quando contratadas por salário. Quando contratadas apenas por produtividade, o rendimento depende da capacidade individual.

**Tabela 3. MACRO-ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO (SP)
 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM SALÁRIO
 MÍNIMO, SEGUNDO SEXO
 1977-2010/13**

Período	1977	1985/86	1995/9	2003/200	2010/201
Mulhere	0,85	1,4	2,1	1,3	1,3
Homens	1,3	1,8	2,3	1,7	---

Fonte: Pesquisas de Campo, 1977-2010/13.

Atentou-se para rendimento médio mensal em salário mínimo (SM) vigente à época de cada pesquisa e chegou-se ao seguinte resultado: em 1977, os homens recebiam 1,3 SM e as mulheres 0,85 SM; para 1985/86, a situação melhorou sensivelmente, mas isto não quer dizer que seja boa: 1,8 SM para os homens e 1,4 SM para as mulheres; em 1995/96, teve-se 2,3 SM para os homens e de 2,1 SM para as mulheres; e em 2003/2006, o salário médio pago foi de 1,7 SM para os homens e 1,3 SM para as mulheres. Em 2010/2013 constatou-se que o salário médio das mulheres era ainda de 1,3 SM em 2010/12, por uma falha técnica, não foram entrevistados homens. Em 2010/2013, 37 mulheres responderam a questão sobre a forma de pagamento do seu salário, destas, 64,9% recebiam quinzenalmente, 21,6% mensalmente 13,5% semanalmente.

Quando analisados os dados segundo faixas de rendimento mensal é que se percebe as diferenças de rendimento (ver tabela 4).

Tabela 4. MACRO-ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO (SP)
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, POR SEXO, SEGUNDO FAIXAS DE SALÁRIO
1977-2010/2013

Período	Sexo	% de pessoas segundo faixa de salário							total
		zero SM	até 0,5 SM	0,6 a 1 SM	1,1 a 1,5 SM	1,6 a 2 SM	mais de 2 SM	ignorad o	
1977	Homem	0	5,6	32,2	20%	11,10	12%	17,90%	100%
	Mulher	0	18,7	40	12	0	0%	29,30%	100%
1985/86	Homem	0	2,7	10,7	26,3	34,2	26,80%	0%	100%
	Mulher	0	2,3	27,3	38,6	25	6,80%	0%	100%
1995/96	Homem	0	0	11,7	5,8	23,5	58,80%	0%	100%
	Mulher	0	0	11,1	11,1	25,9	51,80%	0%	100%
2003/2006	Homem	0	0	5,0	30,0	55,0	10,00%	0%	100%
	Mulher	0	0	15,1	57,1	22,6	5,20%	0%	100%
2010/2013	Homem	0	0	33,0	20,0	27,0	20,00%	0%	100%
	Mulher	0	2,6	7,7	43,6	18,0	10,25%	0%	100%

Fonte: Pesquisas de Campo, 1977- 2010/2013.

Devido à dificuldade de engajamento na força de trabalho ocorrida, sobretudo por conta da modernidade tecnológica, o salário médio, tanto para os homens quanto para as mulheres caiu consideravelmente visto o elevado número de pessoas que postulava postos de trabalho. É habitual trabalharem homens e mulheres apenas por meio período do dia cortando as canas que a máquina não conseguiu cortar devido a declividade do terreno, pedras no solo e canas tombadas. O salário mensal dos operadores de máquina é aproximadamente de 8 a 10 SM mensal.

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho rural ou urbano, tende a ser integrada em atividades que guardam “certas especificidades femininas”. Em primeiro lugar, sua entrada na força de trabalho era considerada como ajuda. Posteriormente, como sua atividade passou a ser considerada também por ela como trabalho, o conceito de divisão de tarefas por sexo ficou evidente.

As tarefas agrícolas básicas necessárias ao cultivo da cana são as seguintes: preparação do solo, plantio, tratos culturais e colheita. A preparação do solo, regra geral, é realizada nos meses de novembro e dezembro, embora hoje ela se distribua por mais meses, dado o estudo desenvolvido de novas variedades. Essa atividade compreende aração, calagem, gradeação e locação de curva de nível. Todo este trabalho é feito com máquinas, envolve poucas pessoas e é realizado apenas por homens. Não havia conhecimento de mulheres operando máquinas na qualidade de assalariadas. Há informação que, desde 2009, na área de Araçatuba, algumas mulheres tinham sido contratadas como operadoras de máquinas colheitadeiras. Além disso, algumas mulheres têm frequentado cursos que as qualificam para esta atividade (Rossini, 2016).

O plantio se estende por 3 a 4 meses no ano, de janeiro a março-abril. Com o avanço tecnológico e novas variedades sendo postas no mercado, provavelmente esta atividade possa ser feita durante o ano todo. Atualmente ela é realizada basicamente com máquinas, mas pode ocorrer que parte do processo seja feito com trabalho humano direto, empregando homens e mulheres.

A etapa de tratos culturais corresponde à carpa, adubação em cobertura, combate às formigas, enleiramento da palha, conservação do carreador. A carpa tem eliminado o emprego da mão-de-obra a partir da utilização tanto da mecanização como de herbicidas químicos. Na realidade, essa etapa funciona com frequência como estratégia de manutenção da mão-de-obra que será aproveitada no período do corte. É uma atividade desenvolvida tanto por homens como por mulheres.

A terceira tarefa, a do corte, pode ser no todo, ou em parte, mecanizada, dependendo do terreno. Em sendo plano e as canas não estarem tombadas, o corte pode ser integralmente mecanizado. No caso de ser efetuada com trabalhadores, exige grande contingente de mão-de-obra e demora cerca de 6 a 8 meses, geralmente de maio a novembro. Conforme ressaltado, em função da introdução de novas variedades, há tendência de que o mesmo se prolongue por todo o ano. Além disso, no início do ano, faz-se também o corte para o plantio de mudas.

Como resultado da acentuada modernização técnico-científica, atualmente existem propriedades que não queimam a cana para melhor aproveitamento dos subprodutos como por exemplo a torta, a produção de energia elétrica, a produção de plástico, etc. O avanço técnico-científico tem possibilitado a transformação da palha da cana em bio-óleo, carvão siderúrgico,

carbeto de sílica, etanol, além da forragem verde para alimentação animal (ERENO, 2008; FREITAS, 2013).

Nas pesquisas realizadas em 1977, 1985/86, 1995/96 e 2003/2006, não foram encontradas mulheres com a função de empreiteiras, fiscais ou líderes de equipes agrícolas. Elas eram, além de trabalhadoras, donas de pensão e prostitutas.

Na produção da cana-de-açúcar a jornada de trabalho é mais longa do que na cidade, sem contar a dependência do transporte para conduzir trabalhadores e trabalhadoras até o local de trabalho. Conforme as pesquisas demonstraram, o tempo despendido nesse percurso varia de 30 minutos a 1h30min. Hoje o transporte das pessoas é feito principalmente por ônibus. Como acontecia nos caminhões, nos ônibus também existe verdadeira distribuição sexual dos lugares: as mulheres sentam-se nos bancos da frente e os homens, nos bancos de trás. As pessoas trabalhadoras se sentem mais valorizadas no “conforto” propiciado pelos ônibus, embora os veículos sejam sempre de péssima qualidade.

Percebe-se claramente uma evolução na vida e no discurso dos trabalhadores: por exemplo, falam da melhoria no transporte, apesar da separação homem/mulher; utilizam mochila no lugar do “embornal”; usam garrafão térmico para transporte da água no lugar dos perigosos garrafões de vidro; suas necessidades fisiológicas são feitas em banheiros apropriados ao invés do “mato”, a alimentação comprada ou servida pela empresa é sob a forma de “marmitex” (ROSSINI, 1999, 2007, 2012).

No caso específico da dupla jornada de trabalho, verifica-se que a mulher, após um longo dia de trabalho na cana, continua sem descanso, tendo que “enfrentar a casa”, isto é, as chamadas “atividades não-produtivas”: produção de valores de uso e prestação de serviços na unidade doméstica (POSTHUMA & LOMBARDI, 1997; SILVA, 1999; ELIAS & SAMPAIO, 2002). Com a entrada da mulher na força de trabalho, agora migrando de casa para o trabalho fora do lar, a atividade doméstica passou a ser considerada secundária e realizada nas horas extremas, muito cedo ou à noite, ou no final do sábado e domingo, pois é indispensável para a reprodução da família. Seu tempo de repouso passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem ele permanece quase o mesmo, pois após sua longa jornada de trabalho, ele chega em casa e aguarda o jantar. São poucos os que colaboram no trabalho doméstico e, raramente, os que dele participam.

Nos finais de semana, em geral, o homem vai se encontrar com os amigos, “bater uma bola” e/ou ficar no bar conversando e bebendo. Enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupa,

cozinha, costura, remenda, prega botão, cuida das crianças. Trabalho desempenhado por ela, com a rara colaboração da sogra, da mãe, da irmã, das cunhadas, dos companheiros, dos filhos, etc. Quando as filhas começam a crescer já recebem alguns encargos: inicialmente, cuidam dos irmãos menores e arrumam a cozinha; depois, dividem aos poucos os "encargos" da mãe até o momento em que saem para trabalhar na roça ou outro trabalho na cidade, ou migram, ou saem de casa para casar. Os meninos seguem a mesma história familiar: acompanham o pai no lazer; fazem pequenos encargos de compras para casa; aguardam a mãe ou irmã lhes trazer a comida, dar roupa para trocar, etc; precocemente, iniciam a atividade laboral.

A queda recente na qualidade da alimentação é grande, embora maior número de pessoas esteja sendo obrigada a tentar a entrada na força de trabalho. A carne de frango é consumida com bastante frequência, pois o quilo dela equivale, praticamente, ao preço do quilo de batata, de arroz ou mesmo de um pé de alface. Segundo as pessoas entrevistadas, a carne "dá mais sustância".

Algumas usinas ou empresas de trabalhadores rurais estão fornecendo reforço alimentar: pela manhã, leite de soja bem doce para energizar a pessoa trabalhadora e pão e ao meio-dia, sopa, suco também muito doce, etc. Muitas empresas "oferecem" marmitex. Há também o reforço com isotônico para evitar câibras. O enorme esforço físico para aumentar individualmente o número de toneladas de corte diário da cana tem provavelmente provocado a morte de muitos trabalhadores. Maria Aparecida Moraes Silva tem denunciado este fato. De 2004 até a safra de 2005 ocorreram treze mortes nos canaviais motivados por ataque cardíaco, muito provavelmente pelo excesso de trabalho (SILVA, 2004). Os exemplos se repetem de morte nos canaviais e quando isso ocorre "prontamente" a empresa recolhe a carteira para registro e posterior indenização, caso contrário, as multas seriam muito maiores.

Anteriormente as pessoas trabalhadoras levavam café para beberem durante o trabalho. Com o aumento relativo do preço do produto e o rebaixamento salarial, para aquelas pessoas que não acompanharam o desenvolvimento técnico-científico no trabalho, mais evidente a cada dia, o café tem sido substituído por chá ou "ki-suco".

Ribeirão Preto é o centro escolhido para compras gerais ou de algum produto específico e a alegação é que fica "mais em conta". Em relação aos "bens possuídos" pelas famílias, percebe-se o aumento percentual daquelas que passaram a possuir geladeira, fogão a gás, bicicleta. Caiu o número de famílias com máquina de costura e rádio a pilha. No primeiro

caso, a disseminação do hábito de comprar roupa pronta deve ter contribuído bastante, e no segundo, a presença de “aparelhos de som” e a aquisição de televisão deve ter concorrido para a diminuição dos outros itens. Infelizmente não foi perguntado nada sobre estes novos equipamentos, mas nas entrevistas ficou clara esta nova dinâmica.

A televisão aparece em 1977 em 58% das residências, em 2003/06 em 88,8% e em 2010/13 em 100% das residências. Em 1977 apenas 20,9% possuíam geladeira, 88,8% em 2003/06 e 100% em 2010/13. Em 2003/06, 44,4% dos pesquisados já possuíam bicicleta. Na pesquisa de 2003/06 a presença de computador já é uma realidade de 17,7%, para 2010/13 os percentuais foram muito próximos: 18%. Esta equivalência é, provavelmente, devido à possibilidade, hoje, de acesso à internet pelo celular e ainda pelo número considerável e barato de *lan houses*. Os telefones celulares não apareciam em 2006, hoje estão presentes em 87,2% das residências. O desenvolvimento técnico-científico e o aumento da demanda possibilitaram a popularização de determinados bens, que possuem maior valor agregado (SANTOS, 1996).

Considerações Finais

Constata-se até aqui que as mudanças de ordem técnica e os seus impactos sociais têm sido enormes. Homens e mulheres, lutando por sua sobrevivência, procuram manter o trabalho durante o ano todo, realidade cada vez mais rara devido à mecanização intensa na agricultura, havendo contínua perda de ocupação para ambos os sexos. As pessoas mais especializadas em máquinas sofisticadas como colheitadeiras, tratores, caminhões e treminhões tem visto ampliar suas oportunidades. Intensificam-se as masculinidades na agricultura moderna: prioritariamente, apenas homens operam máquinas. Algumas mulheres estão conseguindo se profissionalizar como operadoras de máquinas sofisticadas.

A dupla jornada de trabalho persiste nos discursos e na prática da vida das mulheres. A migração de atividade e de local de residência para melhoria da qualidade de vida são tônica constante para homens e mulheres. Muitos dos que querem continuar na agricultura pensam em partir para os assentamentos e, futuramente, conquistar um lote de terra familiar.

Os adultos não são otimistas quanto às perspectivas para o futuro. Os mais jovens, por sua vez, pensam efetivamente em uma profissionalização que os integre no mercado de trabalho e o caminho parece ser o da educação formal, acompanhada da formação para o

trabalho. Sabe-se que a expansão da cana ocorre com forte teor de tecnificação e necessitará, em curto e médio prazo, de mão-de-obra tecnicamente preparada e qualificada, excluindo aqueles que não acompanharam a evolução dos tempos.

É ainda muito longo o caminho que separa o desenvolvimento econômico vigente do complexo sucroalcooleiro da realidade das pessoas que exercem atividades ligadas ao circuito inferior da economia - as pessoas trabalhadoras nas atividades da cana, em especial no corte da cana.

Referências Bibliográficas

- ABREU, J. J. V. e ANDRADE, T, R. de. *A compreensão do conceito de e categoria de gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola – 2010-*. Disponível em www.ufp.br: acesso em 22 de julho de 2017.
- BANDEIRA, Lourdes. “Contribuição à inserção de gênero nas interligações rural-urbano no contexto do desenvolvimento sustentável”. In: GEHLEN, Vitória R. S.; LAINÉ, P.C.V. (Orgs.). *Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, PP. 117-134.
- BINI, D. L. *Mudanças históricas e implicações sócio-espaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba (SP)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2008.
- BINI, D. L. *Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)*. Tese de doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2015.
- BLAY, E. A. e AVELAR, L. Orgs. *50 Anos de Feminismo. Argentina, Brasil e Chile. A construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017
- CACCIAMALI, M. C. Informalidade, flexibilidade e desemprego - necessidade de regras e políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. *GEOUSP espaço e tempo*, 10, 77-90. 2001.
- DATASUS. *Informações de saúde: estatísticas vitais*. Acesso em 19 de janeiro de 2017, disponível em DATASUS: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>, 2015.

- ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ERENO, D. Aproveitamento total. *Revista FAPESP* (154), pp. 94-98. 2008.
- FREITAS, E. P. *Território, poder e biocombustíveis: as ações do estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos*. Tese de doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP., 2013.
- FREITAS, S., OTANI, M., & FREDO, C. *Desempenho do emprego formal na agropecuária paulista, 2013*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. 2014.
- HOLMSTRON, N. A Contribuição do marxismo para a compreensão do gênero. In: CHABAUT-RYCHTER, D.; DESCOUTURES, V.; DEVREUX, A.; VARIKAS, E. (Organizadoras). *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max weber a Bruno Latour*. 1ª Edição. São Paulo: Editora UNESP; DF, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014 pp. 343-461.
- IBGE. Censo Demográfico. Acesso em 03 de janeiro de 2017, disponível em IBGE: <http://censo2010.ibge.gov.br/>, 2010.
- IBGE. *Brasil em Síntese*. Acesso em 03 de janeiro de 2017, disponível em IBGE: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total>, 2017.
- IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Acesso em 15 de janeiro de 2017, disponível em IBGE: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>, 2017.
- IBGE. *Sistema nacional de informações de gênero (SNIG)*. Acesso em 19 de janeiro de 2017, disponível em IBGE: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=>, 2017.
- MACHADO, M. I. *A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão - PE*. Tese de doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2013.
- MONTEIRO, C. Contribuição para o estudo do significado da evolução do coeficiente de mortalidade infantil no município de São Paulo, SP (Brasil) nas três últimas décadas (1959-1979). *Revista de Saúde Pública* (16), 7-18, 1982.
- OLIVEIRA, Rosiska D. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

- POSTHUMA, A., & LOMBARDI, M. (jan-mar de 1997). Mercado de Trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. *São Paulo em Perspectiva*, 11 (1), pp. 124-131, 1982.
- ROSSINI, R. E. Interligação do rural-urbano e desenvolvimento sustentável. In: V. GEHLEN, & P. LAINE, *Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural* (pp. 33-46). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- ROSSINI, R. E. Internacionalização e modernização: os anos 60 a 80. In: L. R. BRIOSCHI, & C. d. BACELLAR, *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista* (pp. 203-240). São Paulo: Humanitas, 1999.
- ROSSINI, R. E. Mulheres e homens na força de trabalho na agricultura: o exemplo da macroárea de Ribeirão Preto (SP) 1977-2006. *Anais do Encontro Nacional da ABEP*. Caxambu: ABEP, 2007.
- ROSSINI, R. E. “A modernidade tecnológica incompleta na agricultura canavieira da macroárea de Ribeirão Preto (SP) pune tanto o meio ambiente como a força de trabalho de homens e mulheres. In: ROSSINI, R. E. (org.) *Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro – modernidade técnico-científica e diferentes usos do território*. São Paulo: ANABLUME, CNPq, 2016, pp 13-40.
- SAFFIOTI, H. I. B. “Conceituando Gênero”. In: RODRIGUES, C.; BORGES, L.; RAMOS, T. R. O. (Org.) *Problemas Brasileiros Contemporâneos*. Rio de Janeiro, FUNART, 2016, PP 385-394.
- SAMPAIO, M. *Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias. O histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieira paulista: séculos XVI a XXI. Dissertação de Mestrado*. São Paulo: DG/FFLCH/USP. 2010.
- SAMPAIO, M. 360° - O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2015.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: A natureza do espaço, 1996.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SANTOS, M., & SILVEIRA, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.
- SANTOS, Aline Lima. “Migração de Piauienses para o trabalho na lavoura canavieira paulista”. In: ROSSINI, R.E. (org.) *Dinâmicas Contemporâneas do Espaço Agrário*

- Brasileiro – *Modernidade técnico-científica e diferentes usos do território*. ANNABLUME CNPq, 2016, PP 81-111.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. @, julho/dezembro de 1995, PP. 71-99.
- SEADE. Perfil da mortalidade da população no Estado de São Paulo. *SP Demográfico*. 2014
- SEADE. *Perfil do Estado de São Paulo*. Acesso em 27 de janeiro de 2017, disponível em SEADE: produtos.seade.gov.br/produtos/perfil_estado/ 2017.
- SILVA, M. M. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SILVA, M. M. *Errantes no fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SILVA, M. M., BUENO, J. D., & MELO, B. M. Quando a máquina desfila , os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar* , 4, pp. 85-116, 2014.
- UNICADATA. *Histórico de Produção e Moagem*. Acesso em 20 de janeiro de 2017, disponível em UNICADATA: <http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4&acao=visualizar&idTabela=1610&safr=2013%2F2014&estado=SP>, 2017.
- YAZAKI, L. Fecundidade da mulher paulista abaixo do nível de reposição. *Estudos Avançados*, 17 (49), pp. 65-86, 2003.